



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

INDICAÇÃO N.º 475/2021

Senhor José Roberto Reis Filgueiras
Presidente da Câmara Municipal de Ubá
Nesta.

Senhor Presidente,

A vereadora que abaixo assina requer, na forma regimental e após a devida aprovação plenária, o envio de correspondência ao Prefeito de Ubá, Sr. Edson Teixeira Filho, para solicitar-lhe que determine ao setor competente que analise a viabilidade de se conceder adicional de insalubridade aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate à Endemias (ACE), incluindo no planejamento da municipal tal estudo.

Diversos municípios já reconhecem o serviço desses profissionais como insalubres e o seu direito de receber o adicional.

A Lei Federal 13.595/2018 diz que é obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na estrutura de atenção básica e de Agentes de Combate à Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

Recentemente, no mês de março deste ano, após anos de luta, finalmente os Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate à Endemias de Patos de Minas tiveram seu direito ao adicional de insalubridade reconhecido e garantido pela atual gestão. Igualmente, muitos outros municípios de Minas Gerais e do país reconheceram este mesmo direito.

O recebimento do adicional de insalubridade não corresponde apenas a 20% a mais no salário. É também o reconhecimento da exposição do trabalhador a agentes nocivos e prejudiciais à saúde e, com isto, garante o direito à aposentadoria especial por 25 anos ininterruptos de serviços prestados.

Diante do exposto, segue em anexo a sugestão de um Projeto de Lei para a concessão do direito ao adicional de insalubridade aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e aos Agentes de Combate à Endemias (ACE).

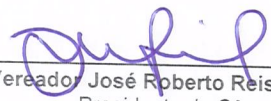
Assim, na expectativa de contar com o apoio dos nobres pares, firma.

VOTAÇÃO:

☒ Aprovado ☐ Rejeitado

Por: TODOS

Em: 24 / 5 / 21


Vereador José Roberto Reis Filgueiras
Presidente da Câmara


Vereadora Aline Moreira Silva Melo
1ª Secretária

ENCAMINHAMENTO:

Of.CMU. 134/21

Em: 26 / 5 / 21



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Plenário “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 24 dias de maio de 2021.

VEREADORA ALINE MOREIRA SILVA MELO



PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. LUIZ NISHIMORI)

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a concessão de adicional de insalubridade aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Art. 9º-A, da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º-A:

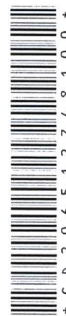
Art. 9º-A.

§ 3º-A. O direito à percepção de adicional de insalubridade de que trata o § 3º é assegurado, em grau máximo, aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias que estejam vinculados às atividades de prevenção e combate ao COVID-19 (coronavírus).” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou no dia 11 de março deste ano a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus.



Segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde, em 27 de março, o Brasil já conta com mais de três mil infectados pelo coronavírus (Covid-19). Ademais, o número de mortes já ultrapassa 70. A pasta não divulgou o número de casos suspeitos, como vinha fazendo nos últimos dias.

Ainda segundo o órgão, o número de pacientes infectados, de mortes e de países atingidos deve aumentar nos próximos dias e semanas.

Diante desse grave quadro, e embora haja expressivas recomendações de isolamento social como forma de evitar a contaminação pelo Covid-19, há um verdadeiro exército que tem colocado em risco a própria vida em prol da vida de milhares de pessoas que, diariamente, têm buscado amparo à saúde no Sistema Único de Saúde.

Entre outros, os integrantes desse exército são os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias: são mulheres e homens, que atuam na linha de frente, e têm como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e de promoção da saúde, a partir dos referenciais da Educação Popular em Saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS que normatizam a saúde preventiva e a atenção básica em saúde, com objetivo de ampliar o acesso da comunidade assistida às ações e aos serviços de informação, de saúde, de promoção social e de proteção da cidadania, sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal.

Esses heróis, todos imbuídos de uma missão: salvar vidas e proteger os doentes, a partir de protocolos seguidos fielmente¹, além das longas jornadas a que têm sido submetidos e do estresse emocional decorrente do risco de contaminação, em razão dessa nobre missão, tiveram de se isolar da família e dos amigos, porque a chance de contaminação é muito grande.

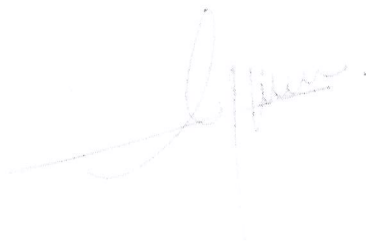
Diante de todo o exposto, este projeto de lei busca assegurar o direito à percepção, em grau máximo, de adicional de insalubridade aos Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias que estão atuando nessa luta combatendo o Coronavírus (Covid-19).

1 <https://veja.abril.com.br/saude/os-herois-em-acao-dois-dias-no-front-do-hospital-albert-einstein/>



Convictos do acerto da medida ora proposta, convocamos os nobres pares desta Casa para aprovar o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 31 de março de 2020.



Deputado LUIZ NISHIMORI